

Reunião Ordinária Câmara Técnica de Gestão Pública e Desenvolvimento Econômico
25.02.2026

Nome

Gabriel Guerra Miranda Muzeka dos Santos

Laura Antonio de Souza

Leticia Gomes Beneli

Marisa Rossignoli

Wania Lombardi

Assuntos Tratados

Pauta:

Reformulação dos objetivos da CT para 2026.

Discussão:

A reunião teve como foco central a construção dos objetivos da Câmara Técnica de Gestão Pública para o exercício de 2026, partindo da análise das conquistas já obtidas e dos desafios ainda existentes.

Inicialmente, foi destacado que Marília foi um dos primeiros municípios a aprovar a Lei do Orçamento Cidadão, iniciativa surgida no âmbito desta Câmara Técnica, e que posteriormente passou a ser replicada por outros municípios. Ressaltou-se a relevância histórica da medida, que representa avanço significativo na democratização das informações públicas e no fortalecimento da transparência.

Entretanto, ponderou-se que, apesar da existência da legislação e da disponibilização de dados, grande parte da população ainda não tem conhecimento da norma ou apresenta dificuldades na leitura e interpretação das informações públicas. Observou-se que a simples divulgação de dados, especialmente quando concentrada exclusivamente no Portal da Transparência, que exige certa capacidade técnica para navegação, não garante efetiva participação social.

Diante disso, discutiu-se a possibilidade de inclusão, como objetivo estratégico para 2026, da implementação de ações de letramento em contas públicas e dados governamentais, com a realização de eventos, encontros formativos e iniciativas educativas voltadas à população. A proposta visa capacitar munícipes para compreenderem receitas, despesas, indicadores e demais informações públicas, promovendo controle social qualificado. Reforçou-se que não basta divulgar dados; é necessário assegurar que sejam compreendidos, acompanhados e corretamente interpretados.

Outro eixo debatido foi a capacitação e qualificação de gestores públicos. Considerando que, atualmente, muitos cargos de gestão são preenchidos por indicação política, discutiu-se a necessidade de fomentar critérios técnicos e mecanismos mais transparentes de escolha. Sugeriu-se avaliar e mapear legislações existentes, como normas relacionadas ao FUNDEB e outras que condicionam repasses à adoção de processos seletivos com participação da comunidade, a fim de verificar oportunidades de aprimoramento local.

Foi ressaltada, ainda, a importância de realizar um “pente fino” nas diferentes instâncias administrativas, analisando critérios de nomeação, exigências legais e compatibilidade com planos de carreira já estruturados no município. Destacou-se que propostas alinhadas ao plano de carreira vigente e às diretrizes já estabelecidas pela atual gestão poderão ter tramitação e implementação mais céleres.

Deliberou-se também pela realização de mapeamento de observatórios e iniciativas correlatas, a exemplo do Marília Transparente (MATRA), visando integrar esforços, evitar sobreposição de ações e fortalecer redes de controle e acompanhamento da gestão pública.

Outro objetivo sugerido para 2026 consiste na coleta e organização de dados estratégicos sobre os setores econômicos mais fortes do município (comercial, industrial, de serviços, entre outros), a fim de identificar potencialidades, cadeias produtivas relevantes e oportunidades de incentivo ao desenvolvimento local. Propôs-se a articulação com sindicatos, associações e demais instituições representativas para levantamento de informações, aplicação de metodologia adequada e, posteriormente, desenvolvimento de plataforma digital (site ou aplicativo) que concentre e organize esses dados. Avaliou-se a possibilidade de articulação com a CT de Smart para apoio técnico na sistematização e disponibilização das informações.

Por fim, foi mencionada a cartilha “*State Capacity and Capabilities for a Just Green World*”, publicada recentemente, que apresenta metodologia voltada à reorganização de instrumentos, capacidades e modelos de governança para enfrentamento de desafios climáticos com maior rapidez, escala e impacto social. Sugeriu-se estudo aprofundado do material, com vistas à eventual proposição de projeto local alinhado a essa abordagem, especialmente no que se refere à atuação integrada do Executivo e ao cumprimento de princípios comuns entre diferentes setores da administração.

Ficou consignado que, na próxima reunião, deverão estar formalmente definidos os objetivos da Câmara Técnica de Gestão Pública para 2026, devidamente estruturados e alinhados às diretrizes do CODEM. Ressaltou-se a necessidade de agendamento de reunião em data próxima, anterior à plenária, para consolidação final das propostas.

Providências

1. Organizar os próximos objetivos e respectivos andamentos da Câmara Técnica para o ano de 2026;
2. Próxima reunião agendada para 24/03/2026.